

Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones

(Organizadora)

Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2301828121	
CAPÍTULO 2	24
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
DOI 10.22533/at.ed.2301828122	
CAPÍTULO 3	51
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2301828123	
CAPÍTULO 4	67
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2301828124	
CAPÍTULO 5	76
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
DOI 10.22533/at.ed.2301828125	
CAPÍTULO 6	94
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
DOI 10.22533/at.ed.2301828126	
CAPÍTULO 7	108
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
DOI 10.22533/at.ed.2301828127	

CAPÍTULO 8 126

O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF

Patrícia Nasser de Carvalho
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.2301828128

CAPÍTULO 9 145

O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Lisiane Granha Martins de Oliveira
Lucilly Maria Caetano de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2301828129

CAPÍTULO 10 172

HERANÇA IBÉRICA, *JEITINHO* E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Leandro do Nascimento Rodrigues
Martin Adamec
Willian Washington Wives

DOI 10.22533/at.ed.23018281210

CAPÍTULO 11 193

MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS

Juliane Sant'Ana Bento
Ana Paula de Almeida Lopes

DOI 10.22533/at.ed.23018281211

CAPÍTULO 12 205

A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS

Daniel Ganem Misse

DOI 10.22533/at.ed.23018281212

CAPÍTULO 13 222

A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

José Vinicius da Costa Filho
Ernani Rodrigues de Carvalho Neto
João Luis Binde
André Valente do Couto
Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.23018281213

CAPÍTULO 14 239

POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Celso Antônio Coelho Vaz

DOI 10.22533/at.ed.23018281214

CAPÍTULO 15	254
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
CAPÍTULO 16	269
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
CAPÍTULO 17	288
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
CAPÍTULO 18	302
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
CAPÍTULO 19	321
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
SOBRE A ORGANIZADORA	336

A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Lucas Alberto Rosa da Silva

RESUMO: O presente artigo busca analisar, por meio das carreiras docentes dos programas de pós-graduação existentes no Brasil em 2014, a institucionalização da Ciência Política brasileira e os reflexos desta no exterior por meio das publicações de seus docentes, fator que contribui para a internacionalização da Ciência Política brasileira. Fez-se uma divisão binária entre os programas de pós-graduação classificando-os entre centrais e periféricos para poder mensurar a importância de ambos na expansão da Ciência Política.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Política; institucionalização; internacionalização.

Summary

This article aims to analyze the institutionalization of Brazilian Political Science and its reflections abroad through the publications of its teachers, through the teaching careers of postgraduate programs in Brazil in 2014, which contributes to the internationalization of the Brazilian Political Science internationalization. A binary division was made between the postgraduate programs, classifying them between centers and peripherals in order to measure the importance of both in the expansion of Political Science.

KEYWORDS: Political Science; Institutionalization; Internationalization.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como problemática a seguinte questão: Qual a influência dos Programas de Pós-graduação centrais para a institucionalização da pós-graduação da Ciência Política brasileira no Brasil e para a internacionalização das pesquisas (mensuradas a partir das publicações de seus resultados em periódicos internacionais)? Tal questionamento foi analisado em conformidade com um banco de dados elaborado no *software SPSS* baseado no *Currículo Lattes* de docentes brasileiros disponível na base de dados do CNPq. O banco é composto de 111 variáveis com dados sobre a formação, a carreira e a produção acadêmica de 233 docentes brasileiros dos programas de pós-graduação em Ciência Política (para este trabalho o banco de dados vai até o ano de 2014). Das variáveis algumas foram selecionadas para a presente análise que tratam de dados como programa ao qual o docente é filiado, classificação do programa, bolsa sanduíche, formação no exterior, publicação internacional, revista da publicação, avaliação das revistas, países das revistas destas publicações.

A fonte de análise deste trabalho conta com 15 programas de pós-graduação (PPG) em Ciência Política, aos quais os 233 docentes do

universo estudado são filiados. que são: IESP (IUPERJ); UFF; UFG; UFMG; UFPA; UFPE; UFPel; UFPI; UFPR; UFRGS; UFSCar; UnB; Unicamp; Unieuro; USP. Para realização da análise os PPG foram classificados em dois grupos: centrais e periféricos. Para criação desta distinção não se usou nenhum critério de avaliação da Capes utilizados nas avaliações trianuais realizadas pela mesma. Trata-se de um recorte histórico. Os programas centrais que são IESP (antigo IUPERJ), UFMG, UFRGS, UnB, Unicamp e USP são os programas pioneiros no tocante à institucionalização da Ciência Política no Brasil, logo são os primeiros programas de mestrado e doutorado no país antecedendo os periféricos que são UFF, UFG, UFPA, UFPE, UFPel, UFPI, UFPR, UFSCar e Unieuro que surgiram após a institucionalização da Ciência Política no Brasil que se deu por meio da atuação dos programas centrais. A Ciência Política na América Latina surgiu influenciada pelo Direito estudando temas de caráter jurídico. Com o passar do tempo ganhou autonomia e construiu seu campo próprio de conhecimento. No caso brasileiro um marco importante na institucionalização da Ciência Política foi a criação de entidades em que ela pudesse se desenvolver, os programas da UFMG e o IUPERJ (Carpiuc, 2013). Estes foram os dois primeiros se somando a estes os demais programas considerados centrais neste trabalho que permitiram a institucionalização da Ciência Política brasileira. Após o estabelecimento do campo de conhecimento da Ciência Política brasileira os programas periféricos surgiram. Neste trabalho, entende-se institucionalização como autonomia da Ciência Política brasileira em relação às demais ciências. Como dito anteriormente, o marco desta independência se dá no surgimento dos programas de pós-graduação como o mestrado em Ciência Política da UFMG que é o mais antigo do país, criado em 1966, e o doutorado em Ciência Política no IUPERJ em 1980, segundo doutorado do país, que já contava com mestrado desde 1969, exemplos pioneiros, porque os primeiros programas de pós-graduação em Ciência Política surgiram nestas instituições. A UFRGS cria seu programa de mestrado em 1973 e o doutorado nesta instituição surgiu somente em 1996. Em 1974, a USP criou o mestrado junto com o primeiro doutorado em Ciência Política (Madeira e Marengo, 2016).

Buscou-se mensurar a importância dos programas na institucionalização da Ciência Política brasileira no exterior, ou seja, seu reconhecimento externo. Para isto foi preciso ver a internacionalização, definida aqui como difusão e publicação de pesquisas realizadas por brasileiros em periódicos estrangeiros. Isto é demonstrado pelas publicações dos docentes em revistas internacionais que dão visibilidade ao conhecimento produzido no Brasil na área de Ciência Política. A hipótese a ser testada é a de que a internacionalização da Ciência Política está baseada basicamente nos programas centrais.

1.1 A Ciência Política no Brasil

A Ciência Política brasileira se originou de um grupo formado em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro (Leite, 2010). Madeira e Marengo fazendo referência a Canêdo

relatam que é possível ver a influência da Ciência Política norte –americana sobre a primeira geração dos programas pioneiros que estavam localizados em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro (Madeira e Marengo, 2016). Segundo Keinert e Silva, para se analisar a autonomização da Ciência Política no Brasil como disciplina, faz-se necessário analisar as experiências do grupo de cientistas políticos de Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, influenciada pela Fundação Ford por seus influxos internacionais.

A Fundação Ford mantinha eixos norteadores de suas operações e estímulo a viagens de estudo para o exterior tendo as universidades norte-americanas como destino invariável de cientistas políticos mineiros e cariocas. Esta incentivava financeiramente influenciando a institucionalização da Ciência Política no Brasil, a criação de novas instituições, como por exemplo, o caso pioneiro da doação destinada ao Departamento de Ciência Política da UFMG, em 1965 (Keinert e Silva, 2010).

Como consequência da influência da Fundação Ford, os cientistas políticos construíram um cânone disciplinar para a Ciência Política brasileira, articulado com as inovações trazidas dos EUA. A reflexão desse grupo se baseava em duas questões: a emergência do Regime Militar e a recomposição do Regime Democrático no Brasil. O termo “Ciência Política” como designação de um campo disciplinar é um sinal expressivo da lógica que redefiniu os traços identitários de uma área de estudos designada anteriormente pelo termo “Política” atribuindo-lhe um caráter intelectual (Keinert e Silva, 2010). Segundo Leite:

a Ciência Política inicia sua institucionalização a partir da década de 1970 com as ações levadas a cabo pelo ‘grupo’ de mineiros e cariocas do “eixo” UFMG-luperj que, inseridos naquele processo geral de valorização do “político” são pioneiros na criação de espaços institucionais e acadêmicos dedicados especificamente à Ciência Política. Forma-se, assim, um campo *institucionalizado* de Ciência Política em torno de um grupo *interessado* na autonomia institucional e cultural dessa disciplina, que não se vincula a ela somente por empatia de objeto e que defende (1) a pesquisa empírica com proeminência quantitativa, (2) a institucionalização de um conjunto de práticas e disposições científicas e, em menor grau, (3) a autonomia do “político”, geralmente da política institucional. (LEITE, **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica**. Revista de Sociologia e Política, 2010. p.10).

A institucionalização da Ciência Política brasileira se deu em um processo muito lento até meados de 1980 passando a ser acelerado a partir da década de 1990 (Leite, 2010). Entende-se institucionalização neste trabalho o estabelecimento da Ciência Política independente das outras ciências e no caso brasileiro o reconhecimento desta no exterior. Em suas origens a Política esteve ligada à Filosofia, uma vez que a Filosofia exercia uma autoridade sobre as áreas de saberes (Bulcourf e Vazquez, 2012). Apesar da perda de autoridade da Filosofia sobre a Política, esta enquanto ciência estava ligada ao Direito e a Economia, mas logo a Ciência Política se separa destas e se distingue da Sociologia (Araújo e Reis, 2005). Mörshbächer, Maglia e Peres também afirmam que a institucionalização da Ciência Política no Brasil se deu a partir da década de 1960, por intermédio de instituições como a UFMG e o luperj. A partir daí a formação da área de Ciência Política virou tema de debate entre autores há

mais de três décadas (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016). Tem-se como exemplos de fatores que contribuíram para a institucionalização tardia, a escassez, até a década de 1990, de Programas de Pós-graduação (principalmente de Doutorado) se somando a isto a criação tardia da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), fundada em 1986 (Leite, 2010).

O sistema de bolsas desempenhou um papel importante na composição de um grupo coeso no que tange ao padrão de carreira. Este modelo de bolsas estabelecido em Belo Horizonte, não chegou a ser autorreprodutível em sua plenitude. No início, a ausência de um currículo centrado nas disciplinas atinentes às Ciências Sociais obrigava os diplomados do Curso de Sociologia e Política a complementarem sua formação em outros centros intelectuais como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), no Chile, e as universidades norte-americanas. A limitação de horizontes de oportunidades em Minas Gerais, posteriormente, nos locais em que não havia centros ou núcleos de pesquisa em condições de absorver os profissionais acadêmicos, fato que incentivou a migração intelectual para o Rio de Janeiro que passou a ser o paradeiro preferencial (Keinert e Silva, 2010).

O sistema de pós-graduação brasileiro é resultado da combinação de políticas universais das agências de fomento que possibilitou a formação de um sistema vigoroso de bolsas no país e no exterior e um sistema de avaliação dos programas (Martins, 2005). Como resultado da ação das agências de fomento, 84 docentes (36%) do universo estudado receberam bolsas para realizarem doutorado no exterior, seja na modalidade sanduíche (parcial) ou plena (formação completa no exterior). Em contrapartida, 149 docentes (64%) não tiveram experiência de formação de doutorado no exterior. Do percentual de docentes que tiveram experiência de formação no exterior, 15% teve essa experiência nos EUA, fato que tem relação com a influência da Fundação Ford sobre a Ciência Política brasileira. Na tabela abaixo é mostrado os países em que parte dos docentes brasileiros teve sua formação. O “não” representa os docentes que não tiveram formação de doutorado no exterior. Quando o nome da nacionalidade é precedido por “D.” significa doutorado pleno neste país, quando não, refere-se ao sanduíche. No exemplo, 21 (9%) dos docentes que tiveram formação de doutorado no exterior tiveram formação plena nos EUA (D.EUA) e 15 (6%) fizeram sanduíche nos EUA. Dos 118 docentes dos programas centrais, 47 fizeram sanduíche ou tiveram formação plena de doutorado no exterior, enquanto 71 destes não tiveram experiências estrangeiras no doutorado. No caso dos programas periféricos, dos 115 docentes 37 estudaram de forma parcial ou plena durante o doutorado no exterior, enquanto 78 destes não.

Conforme ilustração:

	País doutorado		Total
	Central	Periférico	
Alemanha	0,40%		0,40%
Argentina		0,40%	0,40%
Austrália	0,40%		0,40%
Canadá		0,40%	0,40%
D. Alemanha	1,30%	0,40%	1,70%
D. Espanha	0,40%	0,90%	1,30%
D. EUA	7,30%	1,70%	9,00%
D. França	3,00%	1,70%	4,70%
D. Holanda		0,40%	0,40%
D. Inglaterra	0,90%	2,10%	3,00%
D. Itália		0,90%	0,90%
Espanha	0,40%	0,90%	1,30%
EUA	3,90%	2,60%	6,40%
França	1,30%	1,70%	3,00%
Inglaterra	0,40%		0,40%
Não	30,50%	33,90%	64,40%
Portugal	0,40%	1,30%	1,70%
Total	50,60%	49,40%	100,00%

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: Análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes brasileiros”.

Seguindo a análise, quando se trata sobre os docentes que tiveram uma modalidade de formação no exterior, seja sanduíche, plena ou pós-doutorado calculados juntos em uma variável, o percentual aumenta. Ocorre certo equilíbrio porque 109 docentes (47%) não têm nenhuma modalidade de formação no exterior, mas 124 (53%) docentes tiveram ao menos uma modalidade de formação no exterior. No caso dos países que os brasileiros realizaram pós-doutorado, os EUA lidera o ranking, mas não de maneira significativa porque seu percentual se aproxima dos países como Inglaterra, França. Dos docentes que fizeram pós-doutorado no exterior, a maioria está nos programas centrais, 45 contra 32 dos periféricos. Enquanto 73 dos docentes dos programas centrais não realizaram pós-doutorado no exterior, 83 dos docentes dos programas periféricos também não.

Conforme ilustração:

	País do pós-doutorado		Total
	Central	Periférico	
Alemanha	0,90%	0,90%	1,70%
Brasil	3,40%	3,90%	7,30%
Espanha	1,30%	1,30%	2,60%
EUA	6,40%	3,90%	10,30%
França	3,90%	3,40%	7,30%
Inglaterra	5,20%	3,40%	8,60%
Itália	0,90%	0,40%	1,30%
México	0,40%		0,40%
Não	27,90%	31,80%	59,70%
Portugal	0,40%	0,40%	0,90%
Total	50,60%	49,40%	100,00%

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: Análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes brasileiros”.

No financiamento de bolsa sanduíche no doutorado, a Capes é a agência de fomento com maior atuação seguida pelo CNPq. Os dos programas periféricos, na presente análise, superam os docentes dos programas centrais no número de concessão de bolsas. Na análise temos 10 docentes dos programas periféricos que receberam bolsa sanduíche da Capes enquanto 7 docentes dos programas centrais receberam a mesma bolsa e no caso de concessão de bolsas pelo CNPq, os programas periféricos superam os programas centrais em apenas 1 contabilizando 3 bolsistas sanduiche dos PPG periféricos contra 2 dos centrais. No pós-doutorado (10%) dos 118 docentes dos programas centrais receberam bolsa de pós-doutorado da Capes, enquanto (7%) dos docentes dos programas periféricos receberam a mesma bolsa. Nas bolsas concedidas pelo CNPp para centrais e periféricos há uma equiparação com (3%) cada. No pós-doutorado a FAPESP teve participação importante concedendo bolsas para (6%) dos docentes dos programas centrais e (1%) dos programas periféricos. Há também um percentual significativo de docentes que ainda não realizaram pós-doutorado (28% dos programas centrais e 32% dos periféricos) achado que identifica um amplo campo aberto para o aumento da internacionalização da formação dos docentes de Ciência Política brasileiros.

1.2 Os programas de pós-graduação

A pós-graduação em Ciência Política no Brasil surgiu por meio deste eixo entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. As universidades pioneiras foram UFMG e o IUPERJ. A estrutura da Ciência Política brasileira se dá na pós-graduação porque na graduação esta está vinculada às Ciências Sociais, apesar da existência de cursos de bacharel em Ciência Política, 12 atualmente (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016). Sobre o argumento de capacitação de pessoal técnico para atuação na esfera governamental,

as Ciências Sociais não escaparam da influência decisiva das áreas do Direito, Economia e Administração que compunham a estrutura curricular do curso atribuindo-lhe um perfil substantivamente diverso. (Keinert e Silva, 2010).

Como dito anteriormente, a criação dos PPG em Ciência Política do IUPERJ e da UFMG foram fator importante na institucionalização da Ciência Política no Brasil. Leite vê a institucionalização como o processo de estabelecimento de regularidades sociais que norteiam as ações dos indivíduos como regras, normas, valores sociais. Institucionalização e profissionalização são fatores indispensáveis para a independência, autonomia do campo da Ciência Política em relação aos campos das outras ciências. Os dois programas de pós-graduação destas instituições universitárias foram de suma importância para preparar o terreno para novos programas de pós-graduação em Ciência Política. Atualmente o Brasil conta com 43 programas de pós-graduação na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Destes programas, a Ciência Política tem sua representação em 15, 10 são de Relações Internacionais e 18 são de denominação diversa (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016).

Conforme Keinert e Silva:

A problemática da “institucionalização” formulava-se a partir da convergência de dois domínios que constituiriam os eixos principais de reflexão da nova geração de cientistas políticos: a formação do Estado nacional e a consolidação dos mecanismos formais de representação (Keinert e Silva. **A gênese da ciência política Brasileira**, 2010, p.7).

As transformações e alterações de perfis organizações e práticas acadêmicas no Brasil foi o contexto em que se situou o processo de construção da Ciência Política como disciplina autônoma. A forma de trabalhar dos cientistas políticos estava ligada ao ideal de um novo profissionalismo, decorrente dos influxos da Fundação Ford à criação de um sistema nacional de Pós-graduação. A Ciência Política juntamente com a Antropologia começaram a marcar terreno no campo acadêmico neutralizando, de certa forma, o jogo de forças que era até então amplamente favorável à Sociologia (Keinert e Silva, 2010). “Assim, um programa ideal de pós-graduação deverá formar um pesquisador com os recursos intelectuais necessários à promoção dessa meta” (Araújo e Reis, 2005). A meta se refere aos diferentes modos de produção de conhecimento na área de Ciência Política. O programa de pós-graduação que promove esta meta não pode se diferenciar da maioria dos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil em linhas gerais e nos conteúdos obrigatórios. Parece ser contraditório com a diversidade de se produzir conhecimento, mas no Brasil há uma padronização dos programas de pós-graduação, fato que ocorreu em função da institucionalização acadêmica da disciplina no decorrer das últimas quatro décadas se somando a isto fatores como o sistema de avaliação institucional e a constituição e fortalecimento de

associações profissionais e de pesquisa (Araújo e Reis, 2005).

1.3 A produção acadêmica e a internacionalização

Pode-se dizer que há uma dependência teórica, dado que a Ciência Política brasileira não consegue se desvincular da Ciência Política norte-americana. A Ciência Política no Brasil, juntamente com a Sociologia brasileira se isola em relação a autores do Brasil e da América Latina. Soares aponta que há uma quase total ausência de referências a autores brasileiros, latino-americanos e demais países de terceiro mundo nos currículos dos cursos de pós-graduação oferecidos nos principais centros de pós-graduação (Soares, 2005). Tal fato mostra a relação de submissão da Ciência Política brasileira à produção dos países desenvolvidos. Logo, a ausência de referências a autores do terceiro mundo é uma forma de lhes negar crédito perdendo oportunidades de disseminar os conhecimentos produzidos no(s) próprio(s) país(es), continente.

A produção intelectual da Ciência Política brasileira carece de pesquisa quantitativa. Tem-se aí uma deficiência de conhecimento em métodos quantitativos e estatísticas. Dentre a maioria dos brasileiros que publicam pesquisas quantitativas, esta teve sua formação fora do Brasil (Soares, 2005). Na análise da presente pesquisa que se dá num universo de 233 docentes de Ciência Política, (53%) destes tiveram uma modalidade de formação no exterior, sanduíche ou pleno, enquanto o resto não teve. Este percentual elevado de docentes que tiveram formação parcial ou total no exterior talvez se dê pela carência dos programas de pós-graduação em Ciência Política em proporcionar uma formação metodológica que ofereça ampla oferta de métodos de pesquisa. No caso dos docentes que realizaram sanduíche temos o primeiro caso no ano de 1989 e o último em 2013. Almeida analisa os contornos da Ciência Política praticada no Brasil tomando como referência os grupos temáticos da ABCP que focam em temas como Teoria Política, Relações Internacionais, Representação e Partidos Políticos, Estado e Políticas Públicas, Economia, Instituições Políticas e Política. Analisando artigos publicados na Revista *Dados*, um dos principais desaguadouros da produção em Ciência Política no Brasil e o veículo de mais prestígio nos periódicos nacionais, entre 1996 e 2005, há foco nos temas citados anteriormente, exceto artigos sobre política internacional que são enviados para revistas especializadas. (Almeida, 2005). A revista *Dados* não representa o conhecimento dos cientistas políticos brasileiros em sua totalidade, mas é um periódico de longevidade temporal, porque acompanha a Ciência Política desde o início de sua institucionalização no Brasil na década de 1960 e desde a criação do sistema de avaliação de periódicos da Capes, a revista se mantém nas posições mais elevadas do *ranking* (*Qualis A*, A1) (Madeira e Marengo, 2016).

Assemelhando-se à Ciência Política norte-americana que oscilava entre a História, Filosofia, Economia, Sociologia, a Ciência Política brasileira também se relacionou com outras áreas de conhecimento, fato determinante em sua dinâmica interna e produção acadêmica. Decorrente deste fato se percebe que a Ciência

Política brasileira tem um baixo grau de autonomia podendo ser vista como prematura (Leite, 2010). A dificuldade de brasileiros para publicarem em revistas internacionais está relacionada ao fato que o percentual expressivo de autores que publicam nestas revistas está vinculado às instituições destes países ou vêm de outros países centrais (Almeida, 2005). Mesmo com estas dificuldades os cientistas políticos brasileiros têm conseguido publicar em revistas internacionais dando visibilidade à Ciência Política brasileira no exterior. Tanto docentes de programas centrais como os de periféricos conseguiram publicar em revistas internacionais classificadas nos *Qualis* A1, A2 e B1, os índices mais importantes na avaliação da Capes. No universo estudado dos 233 docentes, no somatório apenas (23%) destes não possuíam publicações internacionais que se enquadrassem nos índices A1, A2 e B1 do *Qualis* da CAPES sendo destes (6%) dos programas centrais e (17%) dos programas periféricos. O percentual maior de docentes que não possuem publicações no *Qualis* A1, A2 e B1 (barra “0”), está nos programas periféricos (17% de 115 docentes), enquanto nos programas centrais o percentual é baixo (7% de 118 docentes).

Conforme tabela:

Publicações em Qualis A1, A2 e B1			
N publicações	Central	Periférico	Total
0	5,60%	17,20%	22,70%
1	4,70%	7,70%	12,40%
2	5,60%	2,10%	7,70%
3	3,90%	3,90%	7,70%
4	4,30%	3,40%	7,70%
5	2,10%	1,70%	3,90%
6	3,40%	3,40%	6,90%
7	3,00%	0,40%	3,40%
8	2,60%	1,70%	4,30%
9	1,30%	1,30%	2,60%
10	2,10%		2,10%
11	0,40%	1,70%	2,10%
12		0,90%	0,90%
13	0,90%		0,90%
14	1,70%	1,30%	3,00%
15	1,30%		1,30%
16	2,10%		2,10%
17	0,90%	0,90%	1,70%
18	1,30%		1,30%
19	0,40%		0,40%
20	0,40%	0,90%	1,30%
21	0,90%		0,90%
22	0,40%	0,40%	0,90%
25	0,90%		0,90%
26	0,40%		0,40%

28		0,40%	0,40%
Total	50,60%	49,40%	100,00%

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: Análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes brasileiros”.

Desde março de 2015, data da coleta dos dados aqui analisados, os *Qualis* das revistas podem ter sofrido mudanças, das 231 publicações em revistas estrangeiras, 118 são publicações de programas centrais e 113 de periféricos. Este dado refuta a hipótese de que apenas programas centrais dão visibilidade a Ciência Política brasileira no exterior. Os programas periféricos também têm participação em levar a Ciência Política brasileira para fora do país.

A participação de programas centrais e periféricos em levar a Ciência Política brasileira para o exterior aponta para qualificação dos programas. Isto permite uma descentralização do conhecimento nos programas centrais expandindo aos periféricos. Assim a Ciência Política brasileira está bem estabelecida porque todos os programas contribuem para sua divulgação e ensino. Em sua totalidade a produção do conhecimento da disciplina no Brasil está bem distribuída e representada no exterior.

2.3. A visibilidade mundial da Ciência Política brasileira

Sobre o questionamento sobre a visibilidade que a Ciência Política brasileira tem no mundo, o consenso de quase todos os autores que se manifestam sobre o tema, é o de que tal visibilidade é praticamente insignificante (Soares, 2005). Uma reflexão que pode ser feita sobre a visibilidade da Ciência Política brasileira é sobre a análise das redes de colaboração científica.

Mörschbacher, Maglia e Peres definem rede de colaboração como “conjunto de interações que ocorrem dentro de um determinado contexto social de determinada área do conhecimento, entre dois ou mais indivíduos, que facilitam a realização de uma pesquisa” (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016). Por intermédio desta colaboração são estabelecidas redes de comunicação, compartilhamento de ideias e recursos para difundir a informação com uma divisão das atividades na produção de conhecimento. (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016). Esta parceria de cooperação entre pesquisadores pode se dar no âmbito internacional, fato que contribuiria para disseminar a Ciência Política brasileira pelo mundo. Além de dar visibilidade à Ciência Política brasileira também pode libertá-la da dependência teórica colocando-a em igualdade com países centrais (desenvolvidos), caso ocorra uma parceria assim, na produção de conhecimento.

Segundo Almeida, a institucionalização da Ciência Política no Brasil foi completada graças à refundação da ABCP, entidade científica própria, que em 1996 contava com aproximadamente 350 cientistas políticos afiliados (Almeida, 2005). Se comparada, por exemplo, à *American Sociological Association* que foi fundada há mais de cem

anos e contava com 14.000 sócios pagantes (Soares, 2005), a ABCP é pequena pelo número de associados.

Conforme Soares:

Somente um brasileiro publicou a *American Political Science Review*. As razões para essa dramática exclusão são muitas e devem ser compreendidas: em primeiro lugar, um relatório do editor mostra que somente 0,2% são aceitos diretamente; outros 0,4 % tem aceitação condicionada (a acatar as recomendações) na “primeira rodada”. Uma percentagem muito alta (91,4%) é rejeitada logo de saída. A opção favorável mais comum é “*revise and resubmit*”: não garante aceitação, mas significa um estímulo para que o(s) autor(es) leiam os pareceres e revisem o artigo, voltando a submetê-lo. *Não* é um compromisso de publicação; porém, dos que são resubmetidos, 85% são aceitos. Em 2002-2003, foram enviados 672 artigos, dos quais 546 eram originais e os demais eram resubmissões. (SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 80).

Em conformidade com Soares, no universo do banco de dados do presente trabalho, há somente uma publicação de docente brasileiro na revista norte-americana *APSR*, docente vinculado a um programa central, a UnB. Este único docente conseguiu publicar na *APSR* em seu terceiro artigo internacional, em coautoria, um caso de rede de colaboração. Essa revista muitas vezes se fecha para os pesquisadores de seu país, o que dificulta as publicações de brasileiros neste veículo. Caso outros cientistas políticos já tenham publicado neste veículo e não estavam vinculados a um departamento específico de Ciência Política no momento da coleta dos dados, suas publicações não são contabilizadas.

Nota-se que os dados de Soares são referentes ao ano de 2005, fato que mantém semelhança em 2014. Em uma variável que analisa as publicações dos docentes em revistas estrangeiras, apenas um docente conseguiu publicar nesta revista sendo esta publicação a terceira experiência com revistas estrangeiras deste docente. Segundo Soares, publicar na *APSR* é um trabalho dificultoso independente de quem quer que deseje publicar. As dificuldades são, na verdade, para “não-americanos”: conforme dados, entre 1996 e 1999, (91%) e (97%) dos primeiros autores naquela revista estavam vinculados às instituições norte-americanas (Soares, 2005). É possível ver a dificuldade dos países considerados periféricos (subdesenvolvidos) como o Brasil publicarem em uma revista norte-americana do nível da *APSR*. Neste período de 1996-1999 “*instituições europeias representavam perto de 3% dos autores e os do Oriente, Europa Ocidental, Oceania, África e América Latina juntos representavam outros 3%, aproximadamente*” (Soares, 2005) no que diz respeito às publicações na *APSR*. Apesar da dificuldade os EUA são o principal destino para os artigos dos docentes brasileiros. A maioria dos docentes não tem publicação internacional. O fato de o EUA ser o principal destino das produções brasileiras permite um diálogo entre um país desenvolvido e um subdesenvolvido. O “não” representa os docentes que não possuem artigo internacional. Os programas centrais superam os periféricos em publicações nos EUA, 12% dos centrais e 3% dos periféricos, mas em países

considerados centrais como França e Inglaterra, há uma equiparação porque os programas centrais superam os periféricos em apenas (1%). Conforme levantamento do presente trabalho, tanto programas centrais, quanto programas periféricos têm participação nas publicações internacionais referente à Ciência Política brasileira, mas os programas centrais têm um percentual maior nesta participação com (35%) das publicações internacionais mais que o dobro dos periféricos com (17%).

Destino dos artigos			
	Central	Periférico	Total
Alemanha	1,30%		1,30%
Argentina	2,60%	1,30%	3,90%
Bélgica	0,40%		0,40%
Canadá	0,40%		0,40%
Chile	2,60%	0,90%	3,40%
China		0,40%	0,40%
Colômbia		1,30%	1,30%
Cuba	0,40%		0,40%
Espanha	2,10%	1,70%	3,90%
EUA	12,00%	3,40%	15,50%
França	3,90%	2,10%	6,00%
Guatemala	0,40%		0,40%
Inglaterra	3,90%	3,00%	6,90%
Itália		0,40%	0,40%
México	2,10%	0,40%	2,60%
Não	15,50%	32,60%	48,10%
Nicaragua	0,90%		0,90%
Perú		0,40%	0,40%
Portugal	1,30%	0,40%	1,70%
Rússia		0,40%	0,40%
Venezuela	0,90%	0,40%	1,30%
	50,60%	49,40%	100,00%

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: Análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes brasileiros”.

Conforme Soares, a Ciência Política brasileira tem uma insignificante influência no mundo. Um dos fatores apontados para esta minúscula influência é a língua, o inglês, e que ainda não havia publicações dentro do Brasil neste idioma. Publicar nestas revistas dá mais prestígio, porém estas são as que têm maiores taxas de rejeição. (Soares, 2005).

É de suma importância as publicações dos docentes porque por meio destas se demonstra o conhecimento produzido dentro do Brasil. Os EUA é o principal destino dos artigos dos docentes brasileiros. Entretanto as publicações de docentes brasileiros também vão para outros países e continentes. Isto permite um diálogo teórico com

outras escolas de pensamento político. Tanto programas centrais quanto periféricos “exportam” a Ciência Política brasileira por meio de publicações internacionais, mas a participação dos programas centrais é mais relevante neste processo. Nota-se que o maior percentual de docentes que não têm publicação internacional está nos programas periféricos (“não”). O maior percentual de publicações em países centrais (desenvolvidos) como EUA, França, Inglaterra, Alemanha, por exemplo, está concentrado nos programas centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se na análise dos dados que tanto programas centrais, quanto programas periféricos contribuem para internacionalização da Ciência Política brasileira. Os programas centrais, pioneiros na institucionalização da Ciência Política no Brasil, não são os detentores da produção de conhecimento, apesar da maior expressividade nas publicações em relação aos periféricos. Ainda assim as publicações internacionais não estão baseadas somente nos programas centrais, porque os periféricos também têm participação nas publicações internacionais. Os programas periféricos também têm sua parcela de contribuição nesta produção, inclusive em publicações internacionais. O aparecimento de publicações de docentes dos programas de pós-graduação, centrais ou periféricos, em periódicos internacionais dá valorização à pós-graduação brasileira.

Apesar de autores que escreveram sobre o assunto da representatividade da Ciência Política brasileira no exterior, mesmo que classificada como insignificante esta representatividade, está sendo expandida pelo mundo por meio dos periódicos internacionais. Mesmo com os empecilhos que brasileiros encontram para publicarem em alguns periódicos de países centrais, ainda que em outros veículos, os brasileiros conseguem publicar seus trabalhos nestes países.

A formação de docentes com experiência no exterior das duas modalidades de programas beneficia o quadro docente brasileiro quando esses retornam ao Brasil. A formação no exterior que é uma etapa da internacionalização, a presença de cientistas políticos qualificados nos programas centrais e periféricos permite a expansão de ofertas para egressos evitando centralização em um programa ou docente. Os programas centrais, em sua maioria estão concentrados na região Sudeste do Brasil, com mais um no Centro-Oeste e um no Sul. Por meio dos programas periféricos as demais regiões do país são atingidas com uma oferta qualificada de pós-graduação, fato que rompe com barreiras regionais.

A ausência de referências teóricas a autores brasileiros e latino americanos nos currículos dos PPG brasileiros é um grave problema. A dependência teórica em relação aos países desenvolvidos deve ser superada. É necessário que a Ciência Política brasileira dê mais valor ao conhecimento produzido na América Latina e dialogue com os demais países latino-americanos fazendo um bloco de produção de conhecimentos e publicações entre os países latinos. O destino de 24% das publicações dos programas centrais foi a América Latina entre Argentina, Chile, Cuba e Venezuela. As publicações

dos programas periféricas destinadas à América Latina representavam 25% do total entre Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela. Tanto programas centrais, quanto programas periféricos têm participação na imagem do conhecimento produzido por brasileiros em periódicos estrangeiros, mesmo que o percentual maior de publicações nos *Qualis A1, A2 e B1* é dos docentes dos programas centrais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Ciência Política no Brasil, avanços e desafios**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 87-103.

ARAÚJO, Cícero; REIS, Bruno P. W. **A formação do pós-graduado em ciência política**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 35-54.

BULCOURF, Pablo; VAZQUEZ, Juan Cruz. **La Ciencia Política como profesión**. POSTData Revista, 2012. Disponível em < <http://www.revistapostdata.com.ar/2012/01/la-ciencia-politica-como-profesion-pablo-bulcourn-juan-cruz-vazquez/> > Acesso em 08.01.17.

CARPIUC, Cecília Rocha. **¿Hacia una hegemonía del “modelo mainstream norteamericano”? Enfoques de la ciencia política en América Latina (2000-2012)**. Disponível em < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131021110757/rocha_informefinal.pdf > Acesso em 10.07.17.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira**. Tempo Social, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08.10. 2017.

LEITE, Fernando Baptista. **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica**. Revista de Sociologia e Política, 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300011> Acesso em 01.12.2016.

MADEIRA, Rafael Machado. **Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes brasileiros**. Pesquisa.

MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. **Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00047.pdf>. Acesso em 27.05.17.

MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MÖRSCHBÄCHER, Melina; MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. **Mapeando a pesquisa na Ciência Política brasileira: áreas temáticas e redes de colaboração nos programas de pós-graduação**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: < http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469067129_ARQUIVO_ARTIGOABCP2016-MORSCHBACHER,MAGLIA,PERES.pdf > Acesso em 08.01.17.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-023-0

